

RESENHAS

Neiburg, F., & Guyer, J. (eds.). (2019). *The Real Economy - Essays in Ethnographic Theory*. Chicago: HAU Books. 310 p.

MARCIO MOISES DE SOUZA BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ), RIO DE JANEIRO/RJ, BRASIL
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0001-8457-6004](https://ORCID.ORG/0000-0001-8457-6004)

O que são os processos econômicos, quem são os seus agentes e as causas de suas mudanças (ou permanências), são tarefas urgentes a serem respondidas (ou problematizadas) por pesquisadores, definidores de políticas públicas, trabalhadores e demais agentes econômicos. O debate epistemológico sobre como analisar e compreender processos econômicos é travado tanto nas trincheiras da própria disciplina das Ciências Econômicas (e suas diversas vertentes), como na Sociologia, Geografia, História e, como é o nosso caso, na Antropologia. A verdade ou ficção das análises econômicas, aquilo que aparece ou é escondido dos dados públicos, a seleção de causas e efeitos relevantes, têm um impacto direto sobre as políticas públicas e os diversos atores que compõem esse campo. As constantes crises econômicas que ocorrem de forma periódica na história da nossa sociedade sempre fazem a questão da economia “real” ser reposta constantemente como pauta.

Responder a essas questões é uma das tarefas do livro *The Real Economy – Essays in Ethnographic Theory*, organizado por Frederico Neiburg e por Jane Guyer, que apresenta uma coletânea de artigos – baseados na perspectiva antropológica – nos quais buscam compreender a economia “real”, seus agentes, suas práticas e suas representações. Os dez capítulos que compõem esta obra têm como proposta uma agenda de pesquisa comum sobre antropologia econômica, que combine pesquisa etnográfica profunda com contribuições de outras áreas do conhecimento. Busca-se, com isso, uma teoria etnográfica da economia real que compreenda as diversas formas como este conceito é articulado nos seus usos cotidianos e científicos, bem como suas ligações com as ideias de verdade e moralidade.

Como apontam os organizadores, os artigos analisam como “realidades múltiplas e mutáveis tornam-se presentes e se entrelaçam em vidas historicamente situadas” (:17) e na forma como a vida da experiência cotidiana relaciona-se com as maneiras formais da governança econômica. A etnografia teria a capacidade de se aproximar dessas situações, podendo capturar o campo de significados que o “real” pode ter em contextos e linguagens diferentes. Seguindo tal linha de pensamento, Neiburg e Guyer apontam que somente uma pesquisa etnográfica poderia responder à questão de “como a força

do conceito de economia real é criado e combinado em múltiplas realidades” (:14). É nesse nível de profundidade e envolvimento que os diversos artigos presentes na obra buscam chegar.

Além da etnografia como eixo central que perpassa os artigos, diversos debates transversais podem ser percebidos. A pluralidade de enfoques permite uma apreensão maior dos problemas e questões que envolvem o debate sobre a “realidade” econômica. Assim, um conjunto de debates atravessa os diferentes textos, girando principalmente em torno da pluralidade de sentido e construção social da vida econômica; da dualidade entre formalidade e informalidade, bem como da “(ir)realidade” das práticas e instituições econômicas; e da construção de indicadores e objetos de cálculo performando classificações, identidades e práticas econômicas.

Os capítulos de Fabian Muniesa, Horacio Ortiz e Caitlin Zaloom (respectivamente 1, 6 e 9) apresentam de maneira bem definida o debate sobre a pluralidade de sentido e construção social da economia. A economia “real”, além de ser apreendida diferentemente pelos diversos agentes, mobilizando conceitos e ideias diferentes, é também construída e, muitas das vezes, ensinada. O texto de Ortiz é emblemático ao analisar como consultores financeiros que trabalham em uma firma especializada em fusões e aquisições, localizada em Xangai, mobilizam conceitos como “estado”, “cultura” e “lucros” para conduzir suas transações. Para o autor, tais conceitos são mobilizados a partir de múltiplos significados dotados de sentidos muitas vezes contraditórios, vagos e desconectados, mas que se constituem mutuamente. Numa perspectiva diferente, Zaloom analisa o planejamento do futuro educacional dos filhos de famílias norte-americanas centrada em diferentes tipos de regime de previsão do futuro. Diferente da perspectiva pragmática de Ortiz, Zaloom busca centrar a mudança de práticas e percepções sobre a ação econômica na mudança dos regimes de previsão, o que denota, segundo a autora, que a maneira “como o capitalismo organiza o tempo molda a racionalidade e define noções de virtude para seus cidadãos.” (: 248).

Uma terceira contribuição para o debate sobre a pluralidade de sentidos e a construção social da realidade econômica é o capítulo de Muniesa, que analisa situações de ensino-aprendizagem em escolas de negócios que utilizam métodos de estudo experenciais, como “estudo de caso”, de forma a simular situações de decisão real nos negócios. A partir das concepções do filósofo Hans Blumenberg acerca do real na contemporaneidade, o autor analisa como a concepção de real nessas práticas produz um ideal construtivista, performativo e terapêutico, ao mesmo tempo acompanhado do problema de sua negação, isto é, algo que não pode ser realizado.

O segundo debate transversal que visualizamos nesta obra é o da produção de indicadores e objetos de cálculo e marcadores sociais performando classificações, identidades e práticas econômicas. Tais quantificações, visando a criação de estatísticas públicas, são produzidas via dinâmicas de resistências e negociações, sobre as quais realidades específicas são ou não são levadas em conta. O trabalho de Eugênia Motta é significativo desta perspectiva ao buscar compreender a relação estabelecida entre a favela e sua resistência à quantificação por meio de sua classificação como espaço anormal (subnormal). Enquanto, no texto de Motta, as realidades estatísticas são criadas e a produção dos números mobilizam agentes e pactos na construção de entidades compreendidas como reais, o artigo de Mariana Luzi e Ariel Wilkis traz um contraponto, por meio do pluralismo monetário. Nesta perspectiva, “transações

vão além dos regulamentos estatais que tentam disciplinar práticas e imaginários monetários” (:135), assim, os autores mostram que tanto o mercado imobiliário como o da produção de soja lucram ao criarem novas moedas a depender do que é considerado “real” (“metro quadrado” ou “soja” como unidades de conta) em cada universo; organizarem-nas e estabelecerem hierarquias entre elas.

Se, nestes dois artigos, a produção de métricas e medidas conformam práticas e visões sobre a economia “real”, no capítulo de Gustavo Onto é a classificação feita por agentes reguladores da política antitruste brasileira que está sendo analisada. O trabalho de Onto visa compreender como tais agentes reguladores compreendem a problemática da figura da pessoa jurídica, distinguem as formas de concorrência (boa e má) e determinam a extensão real do(s) agente(s) econômico(s). A inserção em redes formais e informais de relações entre diferentes entidades levanta a questão: “se entidades de mercado são aparentemente relacionadas, como é possível averiguar se um mercado é competitivo ou não?” (:180).

Por fim, um terceiro debate central diz respeito à dualidade formal/informal, real/irreal e legal/illegal. Os textos dos capítulos de Deborah James, Juan Pablo Pardo-Guerra, Maxim Bolt e Fernando Rabossi (respectivamente 2, 4, 8, 10) mostram que essas dualidades ou são constitutivas da existência das práticas econômicas, ou são produzidas de forma que seus atores possam performá-las em seus respectivos campos. O artigo de James estuda a dinâmica da formalização/informalização nas práticas de empréstimos e cobranças. Os devedores, ao invés de excluídos da economia principal, são incorporados a partir de um controle judicial externo que permite aos credores deduzirem diretamente dos salários daqueles. Tais práticas estão “tomando forma num espaço onde as bordas da legalidade/illegalidade e práticas éticas/antiéticas se sobrepõem, o que permite disputas e mudanças nos limites ou alcance do estado.” (:52). Ainda na chave formal/informal, o texto de Maxim Bolt analisou como esta dicotomia é mobilizada por trabalhadores que performam identidades por meio de um conjunto de práticas e instituições como contratos, permissões e inspeções, permitindo compreender a formalidade experimentada como real. Diferente dos trabalhadores informais, conhecidos como “saltadores de fronteira”, a identidade de trabalhador formal permite que utilizem os documentos como “degraus” para a conversão de migrantes em identidades mais duráveis como trabalhador.

Os capítulos de Pardo-Guerra e o de Rabossi tratam da dualidade das práticas legais e ilegais a partir das chaves visível/invisível e realidade/irrealidade, respectivamente. Pardo-Guerra, a partir do estudo sobre mercados de ações eletrônicos e automatizados, analisa um conjunto de negociações contestadas chamadas de *spoofing*, que são formas de manipular os preços das ações e dos outros participantes por meio de ordens de compra e venda artificiais automatizadas. O autor explora as possibilidades do problema das transações “não apenas como legais ou ilegais, legítimas ou ilegítimas, morais ou imorais, pessoais ou impessoais, mas mais fundamentalmente como sendo reais contra a possibilidade de serem fictícias.” (:104). Rabossi, por sua vez, ao estudar a realidade do contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai, busca utilizar os pares relacionais legal/visível e illegal/invisível para compreender instrumentos e atores envolvidos na construção de uma agenda política a respeito do contrabando. A partir da análise da cobertura midiática e das formas como os dados são quantificados, busca-se “enfatizar

o caráter seletivo das escolhas feitas para retratar a ‘realidade’ do contrabando” (:254), mobilizando os elementos políticos na definição do que é visível e invisível, legal e ilegal nos circuitos do contrabando.

Os debates transversais apresentados, longe de serem exaustivos ou exclusivos, apresentam a riqueza de possibilidades analíticas que a antropologia econômica nos oferece. A possibilidade de encaixar um texto em um ou mais debates, bem como buscar novas chaves analíticas para agrupar ou comparar os textos, torna essa obra rica tanto para aqueles que estão iniciando seus estudos nessa subárea da antropologia quanto para aqueles que já estão há mais tempo nessa estrada e desejam se atualizar sobre os novos debates. A pluralidade de sentidos, a construção social de medidas e objetos de cálculo e a dualidade são chaves analíticas que sempre perpassam as discussões sobre o mundo econômico e se renovam constantemente na apreensão da economia “real”.

Assim, a obra resenhada consegue consolidar uma agenda comum sobre a antropologia econômica, cobrindo um vasto campo temático calcado na economia “real”. A partir da abordagem etnográfica sobre diferentes objetos, *The Real Economy – Essays in Ethnographic Theory* apresenta a economia encarnada nas práticas e ideias dos indivíduos e instituições quando ocultam ou mostram dados, projetam o futuro educacional dos filhos, criam moedas, definem a legalidade ou ilegalidade de determinada prática econômica – ou o que seria a concorrência correta e incorreta –, performam novos usos dos documentos trabalhistas para galgar espaços e forjar identidades, reinterpretam conceitos de forma a dar coerência em transações internacionais ou definem a realidade de determinadas transações financeiras. O “real” na economia é revelado como uma construção cotidiana que perpassa tais práticas, sejam elas oficiais, nos atos governamentais, sejam as diversas performances que as pessoas realizam com vias a obter e manejár seus meios de subsistência.

Marcio Moises de Souza Barbosa é mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RECEBIDO: 30/01/2021

ACEITO: 20/08/2021